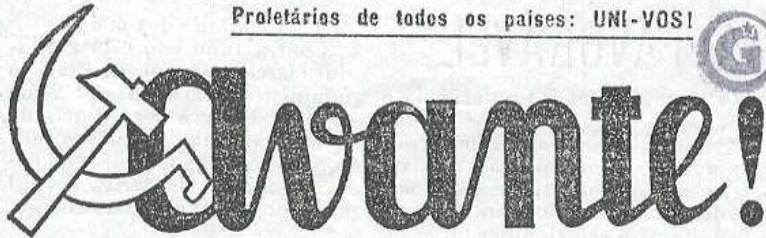


Proletários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



UMA SITUAÇÃO FAVORÁVEL ao desenvolvimento da ofensiva popular

O desenvolvimento da luta popular e democrática e os esforços do governo de M. Caetano para preencher o vácuo político e social que se estabelece à sua volta são dois traços da actualidade política portuguesa que apareceram com muita saliência nos meses de Janeiro e Fevereiro.

No que se refere ao primeiro, destacam-se: no terreno da luta reivindicativa dos trabalhadores, as greves dos pescadores de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz; das conserveiras de Setúbal, dos metalúrgicos da Galico do Porto, a manifestação dos bancários de Lisboa, a conquista de 45 horas semanais pelos operários da Sorefama e da Cometna, as lutas na Abelheira, Carris de Lisboa, Transportes Colectivos do Porto e em várias outras empresas; no terreno da luta sindical, a participação de mais de 8 mil caixeiros de Lisboa na eleição das direcções das secções do Sindicato; no terreno da luta estudantil, as grandes reuniões gerais nas faculdades de Lisboa, com participações que vão das muitas centenas até aos 2 mil estudantes e uma greve na Faculdade de Medicina; no terreno da luta democrática, as grandes reuniões e assembleias efectuadas em todos os distritos mais importantes, com destaque para um Plenário realizado em Lisboa com cerca de 400 democratas, a campanha de recenseamento, e larga actividade preparatória do Congresso da Oposição Democrática; no terreno da luta contra a guerra colonial a acção na capela do Rato combinada com uma larga operação de agitação, a reunião de mais de 1500 estudantes de Lisboa pelo 4 de Fevereiro, as acções de agitação nesta data, os protestos e as manifestações de repulsa pelo assassinato de Amílcar Cabral.

No que se refere ao segundo, merecem referência: a comunicação de M. Caetano de 15-1 destinada a fazer frente à crescente oposição do nosso povo à guerra colonial; o anúncio por uma parilha de ministros representando quatro ministérios, da abertura do concurso para a construção de dois novos hospitais; as palestras do Secretário de Estado da Informação na TV onde passa a desempenhar regularmente o papel de editorial do tele-jornal; a especulação demagógica tecida

em torno do aumento e do novo regime de pensões de sobrevivência do funcionalismo público, a cargo do próprio M. Caetano, e da extensão da previdência às empregadas domésticas feita pelo M. Baptista; a chamada do chefe de Estado em pessoa à tarefa de entregador dos prémios do SEIT; o almoço com que M. Caetano obsequiou os «liberalizantes» que restam na A.N. fascista depois do impacto produzido pelas demissões de Sá Carneiro e Miller Guerra e quando se anunciavam novas demissões.

Os esforços de M. Caetano e dos seus homens de governo para quebrarem o isolamento, aplacarem o descontentamento e desencorajarem a luta popular estão condenados ao fracasso. A demagogia balofa em que aparecem envolvidos os actos do governo é

em si mesma um sinal de denúncia do carácter antipopular e anti-nacional da política em que estes actos se integram.

Sob o manto diáfano da demagogia...

O anúncio da construção dos novos hospitais faz parte da campanha demagógica com vista às eleições fascistas de 1973. Que não se trata de medidas sérias e honestas para enfrentar os graves problemas com que se debate o povo português nos domínios da saúde e assistência prova-o o facto de os dois ministros que participaram no anúncio espectacular não terem sabido responder quando foram interrogados sobre a data em que os novos hospitais entrarão em funcionamento (continua na pág. 2)

COMBATE AO AUMENTO DE PREÇOS LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIOS

Na sua última «conversa em família» (de 1-3-73) Marcelo Caetano referiu-se ao aumento de 15% aos funcionários públicos, afirmando: «Os vencimentos foram actualizados porque tinham de o ser: toda a gente o sabe. A última actualização data de Novembro de 1969 e nestes três anos a inflação prosseguiu, aqui como no resto do Mundo». Com a sua habitual demagogia, vincou com ênfase que «actualizara» os vencimentos dos funcionários públicos. Mas o que sucedeu na realidade?

Na realidade, estes ficaram 15 a 20% mais baixos do que em Novembro de 1969. As contas são fáceis de fazer: Segundo as próprias estatísticas oficiais que estão longe de reflectir o real aumento dos preços, entre Novembro de 1969 e Novembro de 1972 estes aumentaram 28,5% em Lisboa, 27% em Évora, 30,2% em Viseu, 31,7% em Faro, etc.. Ora tendo em conta a grande subida verificada já depois de Novembro de 1972 até agora, salta à vista que os funcionários públicos em vez de verem os seus vencimentos aumentados, vêem-nos de facto diminuídos, de 15 a 20% em relação a Novembro de 1969.

Para confundir os seus ouvintes, M. Caetano referiu-se à inflação «aqui como no resto do Mundo». Mas o que não disse é que os preços aumentaram em Portugal duas, três e quatro vezes mais do que em qualquer outro país capitalista europeu, com excepção da Turquia. E também não disse que os salários são naqueles países europeus quatro, cinco e seis vezes mais elevados do que em Portugal.

Vangloriou-se de que enquan- (continua na pág. 2)

Luta sindical

Frente às medidas repressivas REFORÇAR A ACÇÃO DE MASSAS

Vai já longe o tempo em que M. Caetano e outros fascistas, no período áureo da demagogia «liberalizante», clamavam que eram por sindicatos «fortes» e «activos», «dinâmicos» e «empreendedores». O caminho percorrido pelo fascismo desde então tem sido o de apertar cada vez mais o colete de forças em que procura manter o movimento sindical. Para isso recorre constantemente à sua máquina legislativa, procurando ao mesmo tempo por este processo «legalizar» a acção repressiva do aparelho administrativo e das forças policiais.

Desde 1970 têm chovido os decretos-lei a regular e a «aperfeiçoar» as normas por que deve reger-se a vida sindical, a determinar a margem de intervenção dos sindicatos em actos de contratação colectiva ou outros da sua competência, sempre num sentido restritivo em relação à situação imediatamente anterior, sempre afinando e apurando mais todo o aparelho montado para a repressão da luta sindical dos trabalhadores. Casos tem havido em que o governo, na falta de legislação adequada no momento, faz expressamente um decreto para responder a uma determinada situação. Foi assim como o decreto lei 502/70 para destituir os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e foi-o, recentemente, com o 447/72 para destituir os dirigentes da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Médicos.

Quanto a este último decreto, além do seu objectivo repressivo imediato, ele acentua a ingerência nos sindicatos de elementos estranhos aí colocados pelo governo contra a vontade dos trabalhadores, ao mesmo tempo que permite manter indefinidamente as situações irregulares. Com efeito, enquanto que pela legislação anterior as eleições deviam reali-

zar-se no prazo de seis meses depois de encerrado o processo de destituição dos dirigentes sindicais, pelo decreto 447/72 o chamado curador poderá continuar nas suas funções ou, a todo o tempo, ser substituído por outro ou por uma comissão, por decisão do Ministro das Corporações, mesmo após ser decretada judicialmente a destituição dos dirigentes objecto do respectivo processo, e continuar à frente do sindicato tanto tempo quanto os fascistas considerarem «necessário para o retorno à vida normal».

Contra mais esta prepotência e ingerência abusiva do governo na vida e na administração dos sindicatos que representa o decreto 447/72, tem havido vários protestos, nomeadamente um telegrama colectivo dirigido ao Sec. de Estado do Trabalho assinado por 11 sindicatos e 3 Grupos de Trabalho. Foi enviado idêntico telegrama a protestar contra a destituição da Direcção da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos. Aos trabalhadores impõe-se continuar e alargar a luta de massas contra todas estas arbitrariedades, contra comissões administrativas e contra curadores, contra a acção repressiva do governo à luta sindical, pela normalização da vida administrativa nos sindicatos, pela realização de eleições, pela eleição de listas da confiança da classe.

O governo pretende impedir as massas de utilizarem os sindicatos

Com estas e outras medidas, sejam elas legislativas, administrativas ou policiais, o governo pretende impedir as massas de utilizarem os sindicatos. (continua na pág. 4)



(continuação da pág. 1)

mento. Cinco, seis anos? Talvez, responderam eles, «a avaliar pelo que se faz lá fora». E entretanto, há mais de 20 anos que não é construído um hospital nas cidades de Lisboa, Porto ou Coimbra. Há mais de 30 anos que não é construído no país um hospital psiquiátrico. E entretanto, para a população a que se destinam os Hospitais Civis de Lisboa e de Santa Maria há 1, 1 camas por cada mil habitantes, das quais 61% em mau estado. Isto em Lisboa. Na província, como todos sabem, a quase totalidade dos hospitais não tem um mínimo de condições para o tratamento dos doentes que ali são depositados. E vem o demagogo M. Caetano lamuriar que «há concelhos onde se torna difícil preencher as vagas que a morte dos velhos clínicos deixa» e, a propósito, ameaçar com a criação de «um serviço cívico obrigatório», como se a situação que ele descreve não fosse de inteira responsabilidade da criminosa política fascista nos domínios da saúde e assistência.

O aumento do funcionalismo público foi arrancado a ferros. O próprio M. Caetano o confessou: «Já estavam a ser recebidas na Presidência do Conselho cartas de pessoas a estranhar que não houvesse sido respeitada a palavra...». Na verdade, sabe-se que o governo se preparava para publicá-lo muito mais tarde. Para muitos funcionários do Estado o aumento foi uma desilusão. Fica muito à quem da subida do custo de vida. E de montante idêntico ao de 1969 mas representa bastante menos em consequência da inflação. Consagra um leque de salários profundamente desfavorável para as categorias inferiores: o aumento agora recebido por um general é igual a todo o ordenado de um funcionário da letra Y. O chefe do governo teve a preocupação de salientar que o aumento do funcionalismo acarreta um novo encargo para o Estado da ordem de um milhão e 600 mil contos. Ora este encargo equivale apenas a 10% daquele que o Estado suportou, em 1971 com despesas militares, 15 milhões e 312 mil contos. Veja-se como o nível de vida dos portugueses poderia ser melhorado se fosse posto fim à guerra colonial.

O governo anunciou por intermédio do Secretário de Informação que dará 100 mil contos para que as empregadas domésticas passem a beneficiar da previdência. Onde foi buscar o dinheiro? M. Baptista esclareceu: aos fundos da previdência. Isto é, ao dinheiro dos trabalhadores. O governo dá o que não é seu! E gaba-se...

Os novos horários de supermercados, cuja concretização o governo entregou «negligentemente» ao critério das câmaras municipais, redundarão num alargamento da jornada de trabalho dos empregados do comércio, constituem mais uma medida tendente à liquidação dos pequenos e médios comerciantes e favorável à aceleração da concentração monopolista na esfera do comércio, o que se irá a

UMA SITUAÇÃO FAVORÁVEL

traduzir, dentro em breve, no agravamento da ganância e da especulação.

As espertezas saloias de R. Patrício

Na conferência de imprensa de 21-2, R. Patrício não pôde deixar de traçar um quadro da actualidade internacional que exprime como ela que evolui de forma profundamente desfavorável para a política interna, externa e colonial da ditadura fascista.

Não pôde sequer deixar de considerar «coisa positiva» os progressos que se fazem no sentido da Conferência de Segurança Europeia. Ele que há um ano atrás, na reunião do conselho ministerial da NATO se arvorava no papel de inimigo irredutível da Conferência! Ele que, como membro do governo de M. Caetano, tem não pequena cota de responsabilidade na apreensão pela PIDE-DGS, em princípios de Janeiro, de cerca de 5.000 exemplares de um livro editado pela Comissão Nacional para a Segurança e a Cooperação Europeia e na proibição, na mesma altura, da publicação nos jornais das afirmações produzidas numa conferência de imprensa organizada por aquela Comissão, com a participação do cônego belga R. Goor, figura internacional de primeiro plano na luta pela segurança e cooperação na Europa!

Mas se R. Patrício, como portavoza do governo de M. Caetano, não se lançou, como antes, num

ataque frontal à Conferência e aos objectivos que com ela são visados, procurou, com argumentos de importação maoísta de mistura com espertezas saloias de sua inspiração, baralhar e adulterar o seu significado.

Segundo ele, como os países que mais se batem pela Conferência (os países socialistas e os países nórdicos) «fomentam a subversão em África» (isto é, apoiam e auxiliam os movimentos de libertação das colónias portuguesas, da África do Sul e da Rodésia), estar-se-ia no caminho para o estabelecimento de dois direitos internacionais: um para as nações da Europa, «os ricos», que consagraria a paz e a segurança; outro, para as nações da África, «os pobres» que consagraria a guerra e a perturbação.

Uma argumentação para tolos! Mesmo quando usada por ministros fascistas portugueses só se compreende pelas dificuldades crescentes em que estão mergulhados.

A luta pela Conferência de Segurança Europeia e a solidariedade e o apoio prestados aos povos das colónias portuguesas, da África do Sul e da Rodésia que lutam contra o colonialismo, o racismo e pela libertação nacional são, e os povos da África e da Europa compreendem-no bem, duas frentes de acção convergentes, integram-se na luta geral contra a dominação imperialista, pela liberdade, a paz, o respei-

to pela vontade dos povos.

Contra tudo isto está a ditadura fascista de que R. Patrício é ministro. Não admira pois que logo a seguir à conferência de imprensa, tenha partido ao encontro dos seus parceiros do governo racista da África do Sul para consolidar a sinistra aliança.

Alargar o movimento de massas Reforçar a organização

A situação é favorável ao desenvolvimento das lutas em curso. O isolamento nacional e internacional da ditadura fascista accentua-se.

O custo de vida continua a subir constantemente; o congelamento de salários perdura como doutrina oficial; o processo de absorção e concentração monopolista lança no desemprego largas centenas de trabalhadores e conduz à liquidação de pequenos e médios empresários na indústria e no comércio; o custo da habitação sofrerá um súbito agravamento com as medidas que o governo se prepara para tomar em relação à actualização das rendas de casa em Lisboa e no Porto; na agricultura, no ensino, na saúde e assistência a política da ditadura limita-se a proclamações de fachada sem resolver um só dos problemas que aí se acumularam; a guerra colonial absorve uma parte cada vez maior dos recursos do país e mata e mutila um número crescente de jovens.

A luta reivindicativa da classe operária e dos outros trabalhadores, a luta sindical, a luta democrática, as lutas da juventude e dos estudantes, a luta contra a guerra colonial interinfluenciam-se, estimulam-se reciprocamente, favorecem a abertura de outras frentes.

Há que desenvolver ainda mais o movimento de massas e a ofensiva popular! Há que organizar as mais variadas comissões e estruturas que assegurem a direcção da luta nas diferentes frentes em que ela se desenvolve e permitam o enquadramento das novas energias vindas à acção! Este o caminho para avançar na preparação de uma grande batalha política.

COMBATE AO AUMENTO DE PREÇOS

(continuação da pág. 1)

to a alta dos preços vai continuando no estrangeiro «já não foi mau que, em Portugal, tivéssemos a partir de meados do ano passado, conseguido trava-la». Ele julga que enganará alguém com esta conversa? Pois exactamente neste período em que ele diz que travou a subida, o preço do azeite subiu 14,5%, o óleo subiu 10,8%, subiu o bacalhau, a batata, a cebola, o peixe e a carne, até o frango de aviário, a única carne a que podíamos chegar, subiu mais de 28%. Subiram alguns transportes públicos, entre eles o Metropolitano de Lisboa, enquanto as rendas de casa registaram novos aumentos. Também neste mesmo período em que M. Caetano fala como se fosse de «travagem» dos preços, deu entrada para discussão na Assembleia Nacional um projecto de lei sobre as rendas de casa que significa a autorização para os senhorios de Lisboa e do Porto aumentarem as rendas dos prédios alugados até 1965, ao mesmo tempo que todas as casas construídas ou a construir ficarão sujeitas a «avaliação fiscal para efeito de actualização de renda». Além disso, os senhorios poderão pedir, de 30 em 30 meses, nova avaliação, para aumentar de novo a renda.

Tudo isto prova que o Governo não travou nem quiz travar a alta dos preços. O grande e ver-

dadeiro esforço do Governo foi travar a subida dos salários da classe operária e demais trabalhadores. Exactamente em meados do ano passado, no mês de Junho, foi publicado o Decreto-Lei nº 196/72 que visa medidas mais drásticas para manter o congelamento de salários, proibindo a sua revisão automática de acordo com o aumento de preços e só permitindo a revisão das tabelas salariais dos Contratos Colectivos de dois em dois anos, e das outras cláusulas contratuais de quatro em quatro anos. Esta tentativa do Governo de impedir a subida dos salários e a conquista de outros direitos pelos trabalhadores, ao mesmo tempo que o custo de vida continuou a subir, já provocou a reacção decidida dos trabalhadores, como o provam as notícias de greves, paralisações e outras lutas relatadas nos últimos meses nas páginas do «Avante!».

Dar firme combate ao aumento dos preços, lutar com decisão por aumento de salários, é a única forma dos trabalhadores não verem reduzidos dia a dia os seus salários reais, como está a acontecer. Estamos certos de que a persistência numa tal situação levará o povo português a dar a Marcelo Caetano a resposta indispensável, através de grandes lutas e manifestações como o fez o povo do Porto em Abril de 1972.

O papel da Aritmética na propaganda fascista

Pousámo a vista, recentemente, num «Boletim dos Filiações» da «ANP» (a que era «União Nacional»), nº 13, de Junho de 1972.

Vale a pena citar uma frase em que se aprecia uma visita de 23 comandantes de companhia da Milícia da Guiné à sede, em Bissau, da Comissão de Província da ANP: «Esta visita teve significado muito especial porque, tendo cada um dos 23 chefes cerca de 200 homens sob as suas ordens e tendo cada um desses homens uma família formada em média por dez pessoas, pode dizer-se que os 23 chefes da milícia representam 46 mil elementos da população guineense firmemente decididos a lutar para continuarem portugueses».

A classe operária em luta contra a exploração

Verifica-se presentemente uma intensificação das lutas da classe operária e doutras camadas trabalhadoras para obrigar o patronato a cumprir os contratos colectivos, por novos aumentos de salários e por outras reivindicações. Muitas destas lutas estão a assumir formas superiores, sobretudo através de paralisações, havendo, assim, a registar, um ascenso qualitativo nas formas de luta.

Intensificando e alargando a luta nas empresas sob todas as formas e reforçando a sua solidariedade dentro da empresa e de umas empresas para outras, como se tem verificado em vários casos, os trabalhadores conseguiram impor ao patronato novos aumentos de salários e anular na prática o famigerado decreto 196/72, como mostram alguns dos exemplos que passamos a referir.

Na «**Olive**», empresa há anos adquirida pelos americanos da

ITT, com cerca de 1.000 operários, estes fizeram duas paralisações, a primeira de uma hora e a segunda de 4 horas, para exigirem o pagamento da 3ª semana de subsídio de Natal. Há anos que os operários desta empresa tinham conquistado uma semana de subsídio pelo Natal. Como o actual contrato de trabalho dos metalúrgicos estabelece o pagamento de duas semanas de subsídio pelo Natal, a administração considerou que só tinha que dar mais uma. Os operários é que não entenderam assim, e muito bem, pois a semana que já recebiam corresponde a um direito adquirido.

As operárias conserveiras de Setúbal lançam-se na greve por aumento de salários.—Em Setúbal as operárias conserveiras ganhavam apenas 6\$40 (!!) à hora. Fartas de tanta exploração e não conseguindo por outro meio quebrar

a resistência do patronato a melhorar-lhes os salários, de acordo até com uma recente revisão que teria havido, as operárias de três fábricas foram para a greve, exigindo um salário de 10\$00 à hora. Ao fim de 2 dias os patrões cederam com um pequeno aumento, mediante o qual as operárias regressaram ao trabalho, obtendo assim uma vitória parcial.

Os operários da «COMETNA» conseguem a semana de 45 horas, depois de uma paralisação de trabalho. A semana de 45 horas começa a ser uma reivindicação generalizada aos trabalhadores de muitas empresas. A seguir à vitória dos operários da «SOREFAME», foram agora os da «COMETNA» que, ao fim de algum tempo de luta que culminou com uma paralisação de trabalho, viram satisfeita esta importante reivindicação. Entretanto, os operários da «COMETNA» lutam também por aumento de salários, reivindicação a que a administração da empresa ainda não cedeu. A vitória alcançada com a conquista da semana de 45 horas não pode deixar de constituir um incentivo à continuação da luta até à obtenção do aumento de salários reivindicado.

Os trabalhadores de tipografia do «Diário Popular», cerca de 30 operários, também fizeram uma paralisação de meia hora no dia 26-1, a que se seguiu «cera», a fim de serem recebidos pela administração para pedirem aumento de salários, do que resultou o jornal sair mais tarde nesse dia. A administração, que inicialmente só queria receber uma delegação, acabou por ceder à exigência dos operários recebendo todos. Perante a ameaça de nova paralisação e continuação da «cera» prometeu que até ao fim da semana seguinte daria uma resposta às suas reivindicações.

Também na «Prometalis» (Porto), os operários vinham lutando há algum tempo por aumento de salários. Finalmente, após uma paralisação de trabalho que teve lugar numa das secções, os operários desta empresa conseguiram um aumento de 16%. Igualmente na «**MESSA**», empresa com cerca de 800 operários, teve lugar **uma paralisação de trabalho por aumento de salários e outras reivindicações.**

Na «**Firestone**»—Os operários desta empresa (fábrica de pneus, em Alcochete), já cansados de esperar pela assinatura do acordo de trabalho entre a empresa e o Sindicato dos Químicos de Setúbal, resolveram adoptar formas mais eficientes de luta, **paralisando também o trabalho.** Os operários protestam contra a vigilância apertadíssima no trabalho, as excessivas exigências na produção, a insuficiência de balneários, etc.. Para tentar criar um ambiente de medo a administração despediu 2 motoristas que se solidarizaram com os operários. A luta dos operários da «Firestone», a sua combatividade, unidade e firmeza apressará a assinatura do acordo e forçará a administração a ceder outras reivindicações.

Na «**Séda Póvoa**» os operários conseguiram um aumento de 8% no princípio do ano, mas o descontentamento continua dado que os aumentos em percentagem acentuam as diferenças de salários e são precisamente os que ganham menos que são menos aumentados.

Igualmente na «**Robi!ac**» foi conseguido um aumento de 300 a 400 escudos mensais, mas também aqui persiste o descontentamento dos operários, que exigem um ordenado mínimo de 4.000\$00 mensais, o 43º mês, 1 mês de férias, feriado no 1º de Maio e 40 horas semanais.

Na «**UTIC**» os operários lutam por um aumento de 30\$00 diários e distribuíram uma tarjeta denunciando os métodos brutais de exploração, apelando para a unidade da classe e para a redução da produção para metade se a empresa não se decidir a dar o aumento dentro de determinado prazo. Contra a vontade da gerência, que só queria dar feriado no 1º de Dezembro aos de serviço no exterior, os trabalhadores conseguiram que o feriado fosse geral.

Luta na «**Empresa Fabril do Norte**» para que a creche da empresa passe a aceitar os filhos das operárias até à idade escolar. Há já alguns meses fora entregue na administração um abaixo-assinado com 350 assinaturas com essa reivindicação. Voltando agora à carga para que ela seja satisfeita, as operárias exigem também ser dispensadas de trabalhar ao sábado visto que nesse dia têm que se deslocar à fábrica para trabalhar apenas 3 horas.

Magnífica vitória dos pescadores dos arrastões de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz! Ao fim de 22 dias de greve os valentes pescadores dos arrastões obtiveram a garantia que a partir de 1 de Abril ganharão de acordo com o que reivindicaram, isto é, 1.500\$00 de ordenado mensal (tinham 850\$00), 35\$00 por cada dia de mar, (tinham 30\$00), 1, 5%, sobre o produto de venda do peixe (tinham 1%), descanso semanal ao domingo (não havia descanso semanal), 12 dias de férias pagas por ano e caldeirada de 2 quilos de peixe por cada dia de mar (recebiam 1 quilo). Consta haver armadores que não querem cumprir o que foi estabelecido, pelo que se impõe aos valentes pescadores manterem vivo o espírito de luta e a solidariedade entre a classe.

A luta e a vitória dos pescadores dos arrastões não deixarão de constituir um incentivo para que os pescadores das tralheiras se organizem, discutam entre si as reivindicações mais sentidas e se preparem e lancem na luta em torno delas.

As várias lutas referidas e os seus resultados apontam o caminho a seguir por todos os trabalhadores no seu combate diário pela melhoria das condições de vida. Nalguns casos, porém, a resistência patronal impõe a persistência na luta, o reforço da organização, o recurso a formas mais avançadas, etc. de for possível.

A BRAÇOS COM O DESEMPREGO CERCA DE 1.000 OPERÁRIOS

O movimento de concentração do capital que continua processar-se no país está conduzindo ao encerramento de numerosas empresas com o consequente despedimento de milhares de operários que são assim lançados no desemprego e na miséria. Sem nenhum respeito pelos direitos dos trabalhadores nem qualquer preocupação pela situação em que ficam depois de uma vida inteira de trabalho, os patrões recorrem a todos os estratagemas para se esquivarem ao pagamento das indemnizações a que o pessoal tem direito. E não lhes falta nestas manobras o apoio e a convicção dos delegados do INTP e outros do Ministério das Corporações. Tal o que se está a passar com a fábrica de papel da Abelheira, que tinha cerca de 400 operários e encerrou em 15 de Janeiro e a Gialco, também com cerca de 400 operários, que encerrou em meados de Fevereiro, ambas em estado de «falência». Para melhor compreender estas «falências» bastará dizer que a fábrica da Abelheira foi há cerca de 4 anos absorvida pelo grupo Champalimaud através do «Papel do Prado» e que desde logo reduziu a sua produção para metade, vindo agora a encerrar.

Os trabalhadores da Abelheira resistem ao despedimento

Na Abelheira os trabalhadores têm ido todos os dias para a fábrica e aí permanecido durante as horas que correspondem aos seus turnos. Ao mesmo tempo têm-se recusado a assinar quaisquer documentos ou a receber quaisquer subsídios que signifiquem o reconhecimento da sua situação de despedidos e, portanto, de despedidos. Do mesmo modo, têm recusado os convites para se inscreverem no F.D.M.O. Têm protestado contra o encerramento da fábrica por meio de abaixo-assinados dirigidos aos Presidentes da República e do Conselho, ao Ministro da Economia e ao presidente da Câmara de Loures. Numa circular enviada

da aos órgãos de informação os operários da Abelheira expõem as suas reivindicações, que são: Pagamento de salários e ordenados até ser reconhecida judicialmente a falência; Pagamento das férias e subsídio de férias; Reforma a todo o pessoal a partir dos 60 anos, sem que isto os prejudique nas respectivas indemnizações; Pagamento das indemnizações em face dos seus direitos, mediante a rescisão do Contrato. **Operários da Abelheira! Se aos 400 que sois se juntarem os vossos familiares, se em vez de vos manterdes à porta da fábrica decidirdes outras formas de acção e manifestação, os vossos exploradores e seus agentes terão de ter em melhor conta os vossos problemas.**

Na Gialco os operários fazem greve com ocupação das instalações

Na Gialco, a maior fábrica de louças de alumínio e cobre do país e de que o banco Fernando Magalhães é o principal accionista, os operários apercebem-se que, em face de um processo de falência que corria no tribunal, o gerente ensaiava uma manobra para se esquivar a pagar as indemnizações a que tinham direito. Resolvem então, a partir de 5 de Fevereiro, paralisar o trabalho mas continuar a apresentar-se na empresa e exigir o esclarecimento da sua situação. Não cedem às exigências do gerente para que retomem o trabalho e dirigem-se ao sindicato, donde partem depois acompanhados dos respectivos dirigentes para o INTP. São 400 operários deslocando-se juntos pelas ruas do Porto, o que provoca muitos comentários. O delegado tenta esquivar-se a recebê-los mas é obrigado. Os operários resistem depois às suas manobras e do gerente para que voltem ao trabalho sem qualquer esclarecimento. Exigem a garantia de que a fábrica continuaria a trabalhar no futuro ou então serem informados do despedimento por encerra-

(continua na pág. 5)



Luta sindical

(continuação da pág. 1)

Ao governo agradaria que as propostas e negociações de contratos ou acordos colectivos de trabalho fosse a iniciativa reserrada à iniciativa da entidade exclusiva das direcções sindicais, sem intervenção das massas. Isto porque sabe que as direcções são, na sua grande maioria, constituídas por indivíduos que não foram eleitos pelos trabalhadores, muitas delas completamente vendidas ao patronato e que, de costas voltadas para a classe, se prestam a negociar e a assinar acordos de trabalho que são autênticas trapalhadas, como recentemente sucedeu com o sindicato do Porto dos trabalhadores da borracha. E mesmo as direcções honestas ficariam assim desprotegidas, com muito menos possibilidades de fazerem valer as reivindicações da classe.

E com o mesmo objectivo que o governo, o patronato e seus lacaios procuram a todo o custo, impedir

que os trabalhadores ponham à frente dos sindicatos direcções da sua confiança. São as burras eleitorais; são as exigências arbitrárias de documentos que as autoridades não passam; são as impugnações quando não conseguem impedir a vitória dos trabalhadores; é a colaboração descarada de certos juizes em todo este processo desonesto; é a nomeação de comissões administrativas para impedir as eleições, nuns casos; e a chantagem com a ameaça de conseqüências, noutros. Vejamos alguns exemplos:

No recente julgamento do processo da burra eleitoral no Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, o tribunal, embora reconhecendo ter havido irregularidades, considerou que estas não foram intencionais (Pill) e pronunciou uma sentença favorável aos lacaios do patronato antedados no sindicato. Os membros da lista da classe, justamente indignados com tal sentença, apelarão para

o Supremo. O mesmo mais ou menos se possa com o julgamento do processo de impugnação dos motoristas de Lisboa, em que o juiz terá dito que a comissão tinha razão, mas se recusou a ter a sentença passada que são já várias semanas após o julgamento. É assim a justiça fascista.

Para tentar impedir que o Sindicato dos Caixeiros de Lisboa continue a ter à frente uma direcção da sua confiança, o INTP impugnou as eleições das várias secções em que foram eleitas as listas da classe e que foram extraordinariamente concorridas, nelas tendo participado cerca de 8.000 caixeiros. Em assembleia geral realizada em meados de Fevereiro, os caixeiros de Lisboa deliberaram contestar tal impugnação e aporaram uma moção dirigida ao Ministério das Corporações pedindo a sua anulação.

No Sindicato dos Têxteis do distrito de Setúbal, a direcção de lacaios aí instalada contra a vontade da classe, face à luta dos trabalhadores pela defesa das suas reivindicações e pela realização de eleições honestas, faz chantagem com a ameaça duma comissão administrativa. Em Dezembro passado os operários conseguiram impor a realização de uma assembleia geral extraordinária para discutir o problema do novo contrato colectivo de trabalho na qual participaram cerca de 800 trabalhadores.

Apesar, porém, de todas estas e outras manobras e ilegalidades dos exploradores e dos elementos ao seu serviço para impedir as massas de utilizarem os sindicatos, estas continuam a sua acção sindical como também mostram os exemplos referidos.

Contra as tendências de clandestinização do movimento

Perante as reais dificuldades que se deparam aos dirigentes e activistas sindicais para continuarem a sua acção em defesa dos interesses da sua classe, surgem certas tendências, envolvidas por vezes numa linguagem muito «revolucionária», para a clandestinização do movimento sindical. Nada mais perigoso para o movimento sindical que um tal desvio. O que o fascismo não consegue com a repressão sob todas as suas formas, isto é, liquidar o movimento sindical, conseguiriam os elementos que lograssem desviá-lo para uma tal direcção.

A argumentação de que já não é possível aproveitar as possibilidades legais de acção nos sindicatos, que há que ignorar a legislação fascista, que é preciso passar à criação de estruturas sindicais clandestinas, é uma argumentação falsa e perigosa que, para além do mais, revela desespero, falta de confiança na acção de massas e sobrestimação do papel individual ou de pequenas minorias. Desviado para as acções clandestinas, cortado da participação e do apoio das massas, o movimento sindical seria facilmente liquidado pelo governo. O que se impõe é precisamente o contrário, é a ligação cada vez mais estreita de dirigentes e activistas sindicais às largas massas trabalhadoras, é respon-

EDIÇÕES «AVANTE!»

«O colonialismo e o racismo sem máscara» é o título de um novo folheto que Edições «Avante!» acabam de publicar.

O folheto denuncia crimes e massacres dos colonialistas portugueses, desmascara ligações de chefes políticos e militares do fascismo com as grandes companhias coloniais, desveia as posições dos grandes grupos monopolistas na exploração colonial, informa sobre a crescente dominação do imperialismo nas colónias, reproduz largos extractos das «Lições de estratégia» proferidas em 1966-67 pelo general Kaula de Arriaga nas quais o actual comandante da Região militar de Moçambique expõe sem rebuço a estratégia racista do colonialismo português.

O folheto está em distribuição em todo o Partido.

Está também em distribuição a 2ª edição do folheto «Um comunista português na Guiné-Libéria» (Reportagem de um correspondente da Rádio Portugal Livre), lançada agora pelas Edições «Avante!» por se ter esgotado completamente a primeira edição.

der com acções de massas às arremetidas do governo para liquidar o movimento.

Contra o congelamento dos salários

O decreto 196/72, estabelecendo o congelamento dos salários, tem tido a mais viva oposição dos trabalhadores e numerosos sindicatos têm tomado posição pública de protesto contra tal medida, gravemente atentatória dos direitos dos trabalhadores. Entre outras, referimos a do Sindicato dos Químicos de Lisboa que, numa moção aprovada por unanimidade em assembleia geral, decidiu «apresentar ao governo o seu mais vivo protesto contra a publicação do decreto 196/72 e toda a política salarial actual que dá primazia à protecção dos lucros das empresas...» e do Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica onde, também em assembleia geral, foi aprovada por unanimidade uma moção de protesto contra o decreto; e de vários sindicatos, representando 90.000 trabalhadores, que enviaram à Assembleia Nacional um telegrama de protesto contra a sua ratificação. Ainda para analisar o decreto e suas implicações na contratação colectiva, o Sindicato dos empregados de Escritório e Caixeiros de Leiria convidou para uma reunião todos os sindicatos do distrito e o dos electricistas de Coimbra. Esta reunião, no próprio momento em que ia começar, foi arbitrariamente proibida pela PSP que colocou guardas à porta do sindicato, a que se juntaram depois 3 agentes da PIDE-DGS que exigiam a identificação e proibiam a entrada dos dirigentes sindicais à medida que estes chegavam para a reunião.

Todas as acções contra este iníquo decreto são justas. Elas devem ser estimuladas e desenvolvidas, quer pela via sindical quer pela luta directa nas empresas. E, sem menosprezar nenhuma forma de acção, é sobretudo pela luta de massas nas empresas exigindo e impondo ao patronato aumentos de salários, como o estão fazendo numerosas classes, que o decreto será anulado na prática.

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

A. Cunha	1.000,00	Metalúrgico Vermelho	200,00
A.J.A.	50,00	Militão	312,00
A.M.I.	618,50	Militão Ribeiro	200,00
A memória de Catarina	110,00	Motor	10,00
A memória de G. Pedro	500,00	Nantes	192,40
Abalço a guerra colonial	1.200,00	Natal 72 - rifas relógio	240,00
Abalço Caetano (Alg. 50)	365,40	Idem	0,00
Abalço o fascismo	20,00	Idem	200,00
Abalço M. Caetano	10,00	Idem	250,00
Alentejano emigo	600,00	Idem	50,00
Amigos do Partido (91)	390,00	Natal 72 - Lista 45	160,00
Anistia para os presos políticos	100,00	Idem	46
Ana	40,00	Idem	52
António Dias Lourenço	1.400,00	Idem	4 e 5
ARA	100,00	Idem	172
Auto-crítica	100,00	Idem - rifas relógio	550,00
«Avante!»	1.596,50	Idem	170,00
Avante camaradas	20,00	Natal do perseguido	250,00
Idem	20,00	Natal do perseguido político - Lista nº 7	645,00
Avante Militantes	10,00	Idem - Lista nº 5	276,00
C.A.L.P.P.	1.422,50	Idem - Lista nº 12	140,00
Camaradas emigrantes	130,00	Idem Listas 14, 15, 31	812,50
Idem	130,00	Nosso Partido	1.300,00
Cheipia	1.100,00	Noaa Luz	100,00
Catarina Eufémia	300,00	Idem	100,00
Cosia	20,00	O sol brilhará para todos	20,00
Cuba Livre	161,20	O sol há-de nascer!	50,00
Democracia	20,00	«O MUNDO»	600,00
Democratas (Av)	260,00	OPERÁRIO COMUNISTA	50,00
Disco soviético	100,00	Paz	50,00
F. Vicente (Natal)	1.200,00	Paz e Democracia	40,00
F. Vicente	70,00	Paz e pdo	20,00
Família Fernando	104,00	Paz, pao e liberdade	10,00
Ferro velho vermelho	20,00	Paz no Vietnam	500,00
Filho do povo	41,00	Pela org. dos motoristas	20,00
Firmeza H. Rufino	60,00	Pires Jorge (F)	260,00
Firmeza na policia	800,00	Por um Portugal socialista de amanhã!	520,00
Fin da guerra colonial	671,80	Presos políticos (X)	20,00
Fora americanos do Vietnam	10,00	Produsasl	200,00
Fora com a DGS	25,00	Prokofieff	450,00
Fora com os americanos	20,00	Ribatejano amigo	50,00
Fora com os monopolistas de Portugal	50,00	antifascista	100,00
Fora M. Caetano	50,00	resistente	50,00
Idem	40,00	Rui	1.500,00
Gabriel Pedro (II)	885,40	Saudações académicas	1.000,00
Idem	200,00	Segurança e cooperação	50,00
Idem	200,00	Simpaticante (A)	78,00
Galvão	20,00	Solidariedade de Natal	150,00
Grupo de amigos do S.F.	1.700,00	Trigo Vermelho	50,00
Imprensa Democrática	50,00	Um democrata ribatejano	100,00
Idem	50,00	Um comerciante que está com o Partido	400,00
Idem (Natal)	170,00	Um operário português	200,00
«Jodo»	20,00	Vítimas do Tarrafal	420,00
José Gregório	1.000,00	Idem	1.085,00
Juventude (Av.)	416,00	Vitória dos estudantes	1.450,00
Larangeira	20,00	Vitória dos têxteis da CUP	710,00
Léaine (F)	418,00	Vitória - MPLA	49,00
Liberdade	20,00	Viva a liberdade!	30,00
Idem	20,00	Viva o Avante!	1.000,00
Liberdade Carlos Domingos	184,00	Viva o 50º aniversário da URSS	700,00
Liberdade D. Abrantes	300,00	Viva o comunismo	100,00
Liberdade D. Miranda	80,00	Viva Lênine	25,00
Liberdade Estudantes	20,00	Viva os comunistas em luta	50,00
Liberdade H. Rufino	150,00	Viva o PCP	200,00
Liberdade J. Magro	100,00	Idem	100,00
Liberdade M. Pedro	50,00	Idem	100,00
Liberdade para Dias Lourenço	100,00	50º ano. do PCP	4.000,00
Liberdade para H. Rufino	260,00	TOTAL:	45.122,00
Liberdade para H. Rufino	350,00		
Idem	1.540,00		
Liberdade para os nossos presos	100,00		
Liberdade para os presos políticos	20,00		
Liberdade R. Carvalho	95,00		
Libertação de J. Magro	300,00		
Libertação dos presos políticos (A)	500,00		
Lastaio	50,00		
M. Gótti	25,00		
M. Gótti	285,00		
M. Gótti	104,00		

Recebemos: De «Grupo antifascista da Venezuela», com destino aos presos políticos, duas quantias equivalentes a 6.042,00.

De «Gabriel Pedro», objectos no valor de 1.955,00.

De RPL, dois relógios.



Eleições

DERROTAS DA REACÇÃO

No período que decorreu de 20 de Novembro a 10 de Dezembro último, tiveram lugar eleições legislativas em vários países capitalistas industrializados: República Federal Alemã, Holanda, Japão, Nova Zelândia e Austrália.

As que chamaram mais a atenção internacional foram as da RFA. As forças revanchistas alemãs, com o apoio da reacção mundial, tudo fizeram para derrotar a política de abertura a leste do chanceler Willy Brandt. Uma tal derrota representaria um golpe muito sério nos esforços realizados pelas forças pacíficas, e em primeiro lugar pela União Soviética e o campo socialista, no sentido do apaziguamento internacional, da segurança e da cooperação europeias.

Foram as forças revanchistas e reacçãoárias que saíram derrotadas. O Partido que as representa (dos cristãos-democratas) deixa de ser, pela primeira vez depois da guerra, o partido mais votado, sendo substituído pelo partido social-democrata de Brandt.

As massas alemãs deram, assim, uma nova vitória à linha da coexistência pacífica na Europa e no mundo, com importantes consequências na vida internacional.

No Japão, o chefe do governo reacçãoário, Tanaka, adiantou as eleições para aproveitar, segundo pensava, o prestígio que teria ganho com a política de aproximação em relação à China.

Os seus planos não tiveram sucesso. Embora continue a ter a maioria absoluta dos lugares, o seu partido perdeu 26. Os dois partidos «centristas», «anti-comunistas», «Komeiko» e «democratas socialistas», perderam 28.

Os grandes vencedores foram os comunistas, que aumentaram os seus votos de 50% e os lugares de 14 para 38, e os socialistas, que conquistaram mais 31 lugares. Uma declaração do Partido Comunista Japonês refere-se ao «maior sucesso registado na história do Partido».

A vitória da esquerda que é particularmente nítida nas cidades e, em primeiro lugar, em Tóquio, abre novas perspectivas à realização de uma frente unida das forças progressistas do Japão.

Na Holanda, o Partido Popular Católico, o principal da coligação das direitas que está no poder, perdeu 8 lugares (de 35 para 27). O Partido Comunista passou de 6 para 7 lugares (de 3,9% de votantes subiu para 4,5% e em Amesterdão é o segundo partido, com 17,9%). O Partido Trabalhista subiu de 43 para 49 lugares. O Partido Radical (católicos progressistas que se separaram do Partido Católico) passou de 2 para 7. Embora os partidos de esquerda ainda não tenham obtido a maioria dos deputados, torna-se difícil a uma nova coligação das direitas continuar a governar o país.

Na Austrália e na Nova Zelândia registaram-se vitórias dos Partidos trabalhistas sobre os partidos reacçãoários que dirigim há muito a política desses países. Em virtude disso surgem iniciativas dos novos governos contra a política anterior de enfeudamento à política imperialista e belicista dos americanos.

Pode dizer-se que a reacção sofreu derrotas em todas estas eleições, algumas das quais de grande relevo para o futuro da situação internacional.

Na campanha de recenseamento INICIATIVAS de grande repercussão popular

São muito incompletas e parciais as informações chegadas à redacção do «Avante!» sobre a marcha da campanha de recenseamento conduzida pelo movimento democrático. Mas as notícias que já possuímos indicam que, apesar das medidas repressivas postas em prática pelo governo fascista de M. Caetano, ela está a desenvolver-se em vários distritos com muito dinamismo e em alguns são assinaladas iniciativas de grande repercussão popular.

Entre estas merece uma referência destacada a caravana organizada, a 4 de Fevereiro, pelos democratas de Loures que, em número de 80, percorreram o concelho em 20 automóveis fazendo a propagação do recenseamento num ambiente de grande adesão das populações. A passagem das principais localidades dos carros buzinavam intermitentemente provocando grandes ajuntamentos enquanto os democratas componentes da caravana saíam ou subiam ao tejadilho dos automóveis para falar ao povo reunido, entregar documentos, colar cartazes. Foram distribuídos 20 mil exemplares do documento da Comissão Democrática Pro-recenseamento do Concelho de Loures, assinado por 70 democratas.

Em Lisboa, os democratas das freguesias dos Anjos, Graça, Alto de S. João, Penha de França e Alto Pina organizaram, a 6 de Fevereiro, uma larga distribuição de documentos sobre o recenseamento entregando-os à mão nas ruas e nos cafés e metendo-os nas caixas do correio. Também os democratas de Campo de Ourique organizaram uma «caravana» a pé, fazendo, por todo o bairro, intensa distribuição de documentos sobre o recenseamento.

Em Torres Vedras, onde os democratas tornaram público um documento local enviado ao Presidente da Câmara com 200 assinaturas, tem sido feita grande propagação do recenseamento incluindo distribuições à mão à porta das fábricas.

Em Moscavide, Odivelas, Amadora e noutras localidades do concelho de Oeiras e no concelho de Sintra tem havido larga afixação de cartazes e há muita propagação do recenseamento.

De salientar ainda quanto ao distrito de Lisboa a publicação de um documento do Movimento CDE, de um outro das mulheres democratas de Lisboa e a contribuição dos Sindicatos (o dos bancários publicou um apelo aos sócios) e das associações de estudantes que incitam à inscrição nos cadernos de recenseamento.

São muito escassas ainda as notícias de outros distritos. Assinala-se já: no distrito de Coimbra, a publicação de 220 mil exemplares de um apelo assinado por 170 democratas do distrito e a colagem de 100 grandes cartazes sobre o recenseamento; no distrito de Setúbal

distribuição de vários documentos e apelos, larga colagem de cartazes, nomeadamente nos concelhos de Almada e Barreiro, entrevista com o governador civil de representantes das comissões democráticas; de 8 concelhos do distrito que reivindicaram e conseguiram certas garantias para a propagação do recenseamento e o alargamento do horário das juntas de freguesia; no distrito do Porto, publicação e afixação de cartazes, publicação de documentos, agitação na cidade e concelhos limítrofes, abertura de postos de recenseamento; no distrito de Leiria, muita propagação distribuída, nomeadamente na Marinha Grande e Caldas da Rainha, publicação de documentos e apelos, publicação de 3.000 exemplares de um guia de recenseamento; no distrito de Évora, colagem de cartazes, publicação de apelos.

Foram distribuídos em todo o país 150 mil exemplares do documento que 325 democratas (dos distritos de Lisboa, Setúbal, Coimbra, Santarém, Évora, Leiria, Viana do Castelo, Beja, Faro e Ponta Delgada), que se constituíram em Comissão Democrática de Recenseamento (CDR), enviaram ao chefe do governo com um conjunto de reivindicações tendo em vista, nas palavras dos seus autores, «o saneamento do recenseamento eleitoral». Por iniciativa da mesma CDR foram publicados 10 mil grandes cartazes de incitamento ao recenseamento, agora já largamente afixados por várias regiões do país e 20 mil mais pequenos, estes últimos na quase totalidade apreendidos pela PIDE-DGS.

Nos distritos e regiões onde tem sido levado a cabo com maior determinação, a campanha do recenseamento transformou-se num dos eixos de desenvolvimento do movimento democrático, quer através do alargamento e dinamização das suas estruturas de base, quer através do reforço da actividade voltada para as massas.

O desenvolvimento paralelo à campanha do recenseamento de múltiplas acções da juventude trabalhadora em torno da reivindicação do direito de voto aos 18 anos, nomeadamente nos distritos de Setúbal, em Vila Franca e no Baixo Ribatejo, em Torres Vedras, nas Caldas da Rainha, contribui para acentuar o carácter popular que a campanha do recenseamento está a adquirir nestas regiões e constitui um estímulo à actividade da juventude trabalhadora noutras direcções.

Ao proibir as Comissões Pro-Recenseamento da Marinha Grande, Coimbra, Loures, Oeiras e Sintra com a ameaça de proceder judicialmente contra os democratas que as constituem, ao mandar as polícias apreender cartazes e documentos, ao instruir as autoridades para criarem as mais diversas dificuldades ao recenseamento, o governo fascista de M. Caetano foi forçado pela acção prática do movimento democrático e desmascarar-se uma vez mais no seu propósito de impedir a inscrição das largas massas nos cadernos de recenseamento, particularmente nas regiões de grande densidade operária.

A campanha de recenseamento afirma-se, vencido destes inícios, como uma importante campanha política. A prática demonstra já (quer pelas experiências positivas verificadas, quer pela própria actuação do fascismo) que não têm razão aqueles sectores políticos que, considerando-a «uma operação eleitoralista» se recusaram a participar nela.

A braços com o desemprego

(continuação da pág. 3)

mento para reclamarem dentro do prazo as suas indemnizações. Perante a recusa, os operários não retomam o trabalho. Apresentam-se todos os dias na empresa e ocupam os seus lugares sem mexer uma palha durante uma semana, até ao dia 12, data em que a fábrica é encerrada. Os operários voltam no dia seguinte ao INTP, que nada resolve. Fi-

nalmente conseguem que os dias de greve lhes sejam pagos e começam o trabalho no dia 16. Operários da Gialco! Com a vossa corajosa luta conseguistes uma primeira vitória, que vos fossem pagos os dias de greve! Mas é necessário que continueis a lutar pelas reivindicações fundamentais: trabalho assegurado ou as indemnizações no caso de encerramento da fábrica!

Também os operários da Fábrica de Pólvora de Barcarena lutam contra o desemprego devido ao encerramento da empresa, tendo sido já despedidos 90 trabalhadores em 1 de Fevereiro e os restantes a partir de 15 de Março. As condições de permanente insegurança no trabalho, aos frequentes acidentes que ainda recentemente roubaram a vida a 6 trabalhadores juntam-se agora o desemprego e a fome. Operários da fábrica de pólvora de Barcarena! Obrigai com a vossa luta os vossos exploradores a pagar-vos as indemnizações a que tendes direito e a garantir-vos um novo emprego!

Prof. Rui Gomes

Protestando contra a proibição da entrada do Prof. Rui Gomes em Portugal, mais de 200 estudantes de várias associações do Porto, reunidos no dia 9 de Janeiro, aprovaram uma moção dirigida ao Conselho Escolar da Fac. de Ciências da Universidade do Porto para que tome posição a favor da reintegração imediata do Prof. Rui Gomes na Universidade.

Para fazer entrega da moção os estudantes dirigiram-se em manifestação para a Faculdade, empunhando dois cartazes que diziam: «Exigimos a reintegração de Rui Luis Gomes na Universidade» e «Exigimos a reintegração imediata de todos os professores expulsos na Universidade», ao mesmo tempo que gritavam: «Rui Luis Gomes!» e « regresso de todos os azilados políticos!».

Rádio Portugal Livre

Transmite diariamente em 3 períodos de emissão. Das 8 às 8,30 em 19, 20, 20,8 e 25 metros. Das 24,20 às 24,50, em 25, 26, 32 e 36 metros. Das 19 às 21 em 19 e 25 metros.

Aos domingos, transmite também das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

Rádio Moscou

Transmite todos os dias para Portugal em duas emissões, das 19,30 às 20 h. e das 20,30 às 21 h., pelas ondas de 30, 31, 41, 42 e 49 metros.



TRANSFORMAR A LUTA ANTICOLONIAL NUM VIGOROSO MOVIMENTO DE MASSAS

A resistência do povo português às criminosas guerras coloniais intensifica-se, abarca cada vez mais amplas massas e rompe a barreira de silêncio que o governo procura manter a todo o custo à sua volta.

A demonstrá-lo estão as numerosas acções de protesto pelo vil assassinato de Amílcar Cabral, entre as quais destacamos a declaração do PCP; o manifesto da Comissão Central da UEC; os manifestos da DORS, da DORN e do CLL do PCP; os protestos de milhares de estudantes em RGA e de democratas da CDE de Lisboa; as inscrições e distribuição de muitos milhares de manifestos e tarjetas em Lisboa, várias localidades da margem Sul e Baixo Ribatejo; as mensagens de condolências ao PAIGC e a familiares de Amílcar Cabral de vários organismos de jovens do PCP, de democratas e de Mulheres do distrito de Setúbal, dos presos políticos de Caxias, de democratas da CDE de Lisboa.

A demonstrá-lo estão as numerosas acções em torno da comemoração do 4 de Fevereiro, como a aprovação de uma moção dirigida aos movimentos de libertação por 1.500 estudantes reunidos num convívio em Lisboa; a campanha de agitação com distribuição de tarjetas e muitas inscrições anti-colonialistas em Lisboa, em várias localidades da margem Sul, em Coimbra, etc.; um manifesto de jovens trabalhadores de Lisboa dirigido aos trabalhadores cabo-verdianos declarando-lhes a sua solidariedade contra a exploração de que são vítima e contra a guerra colonial. Convívios em várias colectividades com a audição de discos dos movimentos de libertação, um dos quais com a participação de cerca de 200 pessoas.

A demonstrá-lo estão as manifestações de solidariedade aos católicos que realizaram a acção da capela do Rato e os protestos contra as medidas repressivas do governo, nomeadamente a circulação de diversos abaixo-assinados, um dos quais com cerca de 500 assinaturas, entre elas as de numerosas figuras representativas da vida nacional em diferentes sectores; moções aprovadas em RGA, uma das quais com 2.000 estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Estas acções indicam o caminho a prosseguir para que se intensifique a luta contra a guerra colonial e se reforce a solidariedade à luta dos povos irmãos de Angola, Guiné e Moçambique.

Como afirma a Declaração do PCP de 21 de Janeiro de 1973: «A luta contra a guerra colonial e o colonialismo é, não só a expressão da solidariedade fraternal dos comunistas, dos democratas, dos trabalhadores, do povo de Portugal, para com os povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e seus partidos revolucionários, como uma das principais direcções da luta do povo português pela sua própria liberdade, pela sua própria e verdadeira independência nacional.»

O PAIGC RECHAÇA a ofensiva colonialista

Procurando tirar partido do profundo desgosto que o assassinato de Amílcar Cabral provocou entre os combatentes do PAIGC e no povo da Guiné, as tropas sob o comando do general Spínola desencadearam uma ofensiva geral contra as regiões libertadas.

Com forte apoio da aviação desembarcaram e tentaram ocupar, no Sul, uma região libertada desde 1963, mas as forças do PAIGC rechaçaram a ofensiva e passaram ao contra ataque em toda a Guiné.

Nos combates travados entre 5 e 7 de Fevereiro o exército colonial sofreu pesadas baixas e grandes perdas de material. Vila Tite (Q G dos colonialistas na frente Sul) foi bombardeada.

No Norte, os patriotas guineenses lançaram ataques contra o aquartelamento de Fariem e, pela segunda vez desde o assassinato de Amílcar Cabral, a Massaba. No primeiro bombardeamento desta localidade, de 22 para 23 de Janeiro, tinha sido destruído o seu depósito de munições.

A 19 de Fevereiro, os combatentes do PAIGC lançaram um

ataque com roquetes a Nova-Lamego.

O PAIGC anuncia que no período de 19 a 22 de Fevereiro inflingiu dezenas de baixas às tropas colonialistas. Anuncia também que prosseguem os preparativos para a reunião da Assembleia Nacional Popular da Guiné libertada.

NO BOLETIM DA O.M.A.

Referindo-se às comemorações do 10º aniversário da Conferência Pan-Africana das Mulheres, realizadas em Dar-Es-Salam, o Boletim da O.M.A. (Organização da Mulher de Angola) diz que, na realização do Seminário, «especial menção deve ser feita à presença de uma delegada portuguesa, que ali participou como representante das Mulheres Democráticas Portuguesas. A sua presença foi, não só uma expressão da plena solidariedade para com os Movimentos de Libertação das colónias portuguesas e o incondicional apoio à sua luta, mas reflecte igualmente uma grande compreensão por parte das nossas amigas da Conferência Pan-Africana das Mulheres para com o povo português, que está combatendo para se libertar do jugo fascista».

Resistência nos Quartéis

Com o objectivo de quebrar o alastramento dos sentimentos anticoloniais e antifascistas nas forças armadas os comandos fascistas intensificam a repressão nos quartéis.

Aumenta a vigilância sobre a situação política dos milicianos e o «currículo» político de todos os militares é constantemente actualizado, por informações da PIDE. O número de militares reclassificados tem aumentado.

Há quartéis onde as salas de aula estão directamente ligadas ao director de instrução por intercomunicadores.

O comandante de certa unidade chamou todos os oficiais milicianos ariscando-os de que se frequentassem determinadas reuniões estariam sujeitos ao R.D.M. (código de disciplina militar).

Em Coimbra foi instaurado um processo a um oficial miliciano por ter assinado um documento sobre o recenseamento eleitoral.

Mas o agravamento da repressão torna-se num novo factor de descontentamento e em mais um motivo de luta. Em vários casos os comandos fascistas são forçados a recuar. Exemplo disso é o que se passou recentemente na Base Aérea de Sintra onde o novo comandante mandou prender um cabo especialista por este se estar a rir na formatura. Os colegas numa manifestação de solidariedade e unidade recusaram-se a almoçar enquanto o camarada não fosse libertado. Com a sua atitude firme conseguiram a imediata libertação do cabo.

Também em Mafra, porque aparece propaganda revolucionária (do PAIGC e IRFA 4) numa caserna de cadetes e na mesma semana desapareceu uma arma, o comandante enfurecido quis cortar as despesas e o fim de semana, mas recedendo o descontentamento que isso provocaria recuou.

Entretanto, a resistência nos quartéis prossegue em várias unidades.

Em Infantaria 7 (Leiria), a revista do 4º Turno de 1973 decorreu sob o signo da luta aberta contra o militarismo. Reagindo aos frequentes castigos dos oficiais fascistas para tentarem quebrar este espírito de luta, os soldados de uma companhia deixados de propósito numa formatura de rancho ao frio e à chuva gritaram: «abaixo o fascismo!», «temos fome!», «abaixo o militarismo!», «abaixo a guerra!» e tornaram a iniciativa de avançar para o refectório em completa desordem. O oficial não pôde nem houve castigos. Na semana de campo, infringindo as regras, os soldados acenderam fogueiras, fazendo delas locais de reunião e cantando câncões como «canta camarada» e outras, intercaladas com gritos contra a guerra, a «chicoteada» e o fascismo. Nos ensaios do juramento de bandeira ninguém ligava às práticas dos oficiais. O juramento foi um fracasso, 1.400 homens jurando «em voz alta» provocaram um marmúrio que mal se ouviu.

Na Escola Prática de Infantaria (Mafra), mais uma vez o juramento de bandeira se saltou por uma derrota dos oficiais fascistas. Apesar de barrarem bem alto a fórmula do juramento, a grande maioria dos cadetes (cerca de 90%) manteve-se calada. Os oficiais não onsaram repeti-la.

Também em Infantaria 5 (Caldas da Rainha), apesar dos gritos histéricos dos bifes no juramento de bandeira, a maioria dos soldados não abriu a boca. Neste quartel reina grande descontentamento pela vigilância e perseguição pidesca dos oficiais fascistas, pelo endurecimento da instrução e pela pessima qualidade da comida, tendo havido já uma tentativa de levantamento de rancho.

MENSAGEM

de Sekou Touré

O nosso Partido recebeu uma mensagem do Presidente da República da Guiné Sekou Touré agradecendo a participação dum delegação do PCP nos funerais nacionais de Amílcar Cabral em Conacry.

Saudação ao Vietnam

O CC do PCP enviou ao CC do Partido dos Trabalhadores do Vietnam e ao CC da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul a seguinte mensagem.

Queridos camaradas:

A conclusão do acordo sobre a cessação da guerra constitui uma histórica vitória do povo do Vietnam, alcançada com incomparável heroísmo e sacrifícios imensos. Por essa vitória, o Partido Comunista Português, certo de interpretar os sentimentos dos trabalhadores e das massas populares de Portugal, envia-vos calorosas felicitações e saudações.

O imperialismo americano, apesar dos poderosos e bárbaros meios militares utilizados, fracassou na tentativa de subjugar pela força os anseios de liberdade e independência do povo do Vietnam, apoiado e ajudado pela URSS e outros países socialistas, pelo movimento comunista internacional, pelas forças do progresso e da paz do mundo inteiro, que por isso, celebram hoje justamente a conclusão dos acordos como uma grande vitória na luta dos povos contra o imperialismo.

Sabemos que a luta do povo vietnamita não terminou. Que é necessário que o imperialismo americano e seus agentes sejam obrigados a respeitar as cláusulas

dos acordos assinados. Sabemos que são profundas as feridas deixadas pela guerra. A luta para a edificação dum Vietnam pacífico, unificado, independente e democrático é ainda muito complexa. Continua a ser necessária a solidariedade activa de todos quantos estão com o povo do Vietnam.

Nós, comunistas portugueses, lutamos nós próprios em difíceis condições, as condições de clandestinidade impostas pela ditadura fascista que oprime o nosso povo há já 46 anos. Mas, na medida das nossas forças e possibilidades, podeis sempre contar, queridos camaradas, com a nossa solidariedade de combate.

Janeiro de 1973

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Solidariedade soviética

No dia 25 de Dezembro de 1972, na «Casa dos Pioneiros» do Bairro Lenin, em Moscovo, teve lugar uma assembleia de solidariedade para com o PCP e o povo português. Participaram representantes de 20 escolas do bairro, discursaram responsáveis e membros do Konsomol e um membro do PCP.